

Palácio Nacional de Mafra

O Palácio Nacional de Mafra é, a todos os títulos, um edifício notável. Notável pela sua brilhante e complexa conceção arquitetónica, notável pela qualidade e natureza dos seus materiais e encomendas, notável pelo requinte e primor de execução dos seus mármoreos.

Sendo uma das primeiras expressões da globalização (do ouro do Brasil às encomendas europeias), o monumento é, com a sua Biblioteca, com os seus Seis Órgãos (conjunto único em todo o mundo) e com os seus dois imponentes Carrilhões (maior complexo sineiro/musical histórico mundial) um dos mais importantes Monumentos Barrocos.



Mandado construir por D. João V (1689/1750) na primeira metade do século XVIII, em cumprimento de um voto para obter sucessão do seu casamento com D. Maria Ana de Áustria (1683/1754), ou a cura para uma grave doença de que sofria, o edifício integra um Paço Real, uma Basílica, um Convento e uma Tapada.

O conjunto desenvolve-se simetricamente a partir de um eixo central, a Basílica, ponto principal de uma longa fachada ladeada por dois torreões, tendo, na zona posterior, um convento para a Ordem de São Francisco da Província da Arrábida, também ocupado pelos Agostinhos entre 1771 e 1792.

A direção da obra coube a João Frederico Ludovice, ourives e engenheiro militar alemão, com formação de arquitetura em Itália, que adotou um modelo barroco classicizante inspirado na Roma Papal, com influências de Bernini e Borromini, bem como algumas de cariz germânico.

Para a Real Obra de Mafra encomendou D. João V em França e em Itália obras de escultura e pintura, paramentos e alfaias religiosas.

A coleção de pintura abrange obras de Mestres como Masucci, Trevisani, Conca ou Quillard e ainda os portugueses André Gonçalves, Oliveira Bernardes e Vieira Lusitano, estes dois últimos bolseiros do Rei em Roma.

A estatuária da Basílica, também de encomenda real, constitui a mais significativa coleção de escultura barroca italiana fora de Itália. Destacam-se nomes como Carlo Monaldi, Filippo de la Valle ou Pietro Bracci.

Estas estátuas servirão, mais tarde, de modelo para a formação dos artistas nacionais e Mafra será, assim, o mais importante centro difusor do gosto romano na época, quer pela quantidade de obras, quer pela diversidade de artistas significativos que para aqui trabalharam.

De destacar ainda a Biblioteca Monástico-Real, uma das mais importantes bibliotecas europeias, com um valioso acervo de c. de 36.000 volumes, um “*ex libris*” da ilustração esclarecida do séc. XVIII.



Da regência de D. João VI (1767/1826) datam diversas obras de beneficiação no Palácio, como a campanha de pintura mural em várias salas, dirigida por Cirilo Volkmar Machado e em que participaram, entre outros, Domingos Sequeira e Bernardo de Oliveira Góis.

O Paço Real foi sempre frequentemente visitado pela Família Real que aqui vinha celebrar algumas festas religiosas ou caçar na Tapada, estando também associada ao fim da monarquia em Portugal, pois acolheu o rei D. Manuel II, último rei de Portugal na derradeira noite que passou no reino antes da sua partida para o exílio a 5 de Outubro de 1910, depois de proclamada a República.

Logo em 1911, o Palácio de Mafra é transformado em museu, tomando a designação de Palácio Nacional de Mafra.

O convento, incorporado na Fazenda Nacional em 1834, aquando da extinção das ordens religiosas no país, foi sucessivamente ocupado por diversos regimentos militares sendo, atualmente, sede da Escola das Armas.